ESPAÇO PARA UM MUSEU NÔMADE: DISCURSOS NO MUSEU DO CEARÁ

Ana Carolina Rodrigues da Silva[1]

RESUMO

O presente artigo procura estudar a dinâmica do Museu do Ceará e sua história, de forma a tentar compreender a relação entre a instituição museu e os diversos espaços utilizados para o seu funcionamento. O recorte histórico escolhido está relacionado aos períodos de mudanças de sede da instituição. Entre 1933 e 2008 o Museu do Ceará esteve sediado em seis prédios em diferentes pontos da cidade, demonstrando o caráter de nomadismo sugerido no título do artigo. Foi necessário, portanto, analisar as concepções museológicas presentes nos discursos dos ex-diretores do Museu.

Palavras-chave: Museu. Espaço. Discurso.

ABSTRACT

This article aims to study the dynamics of Museu do Ceará and its history, so try to understand the relationship between the institution and the various spaces used for its operation. The historical period chosen is related to changes in head office. Between 1933 and 2008 the Museu do Ceará was housed in six buildings in different parts of the city, showing the character of nomadism suggested by the title of the article. It was therefore necessary to analyze the museological conceptions in the speeches of former directors of the Museu do Ceará.

Keywords: Museum. Space. Speech.

1 - Introdução: Mudanças de Sede do Museu do Ceará

O Museu Histórico do Ceará, como foi chamado inicialmente, foi criado pelo decreto nº 479, de 3 de fevereiro 1932, como uma das dependências do Arquivo Público do Estado. Sua inauguração foi consolidada no ano de 1933 no prédio à rua 24 de Maio, nº 238 e teve como fundador e primeiro diretor Eusébio de Sousa. No ano de 1934, foi transferido para a av. Alberto Nepomuceno, nº 332, Centro. Em 1951, a Assembléia Legislativa, instalada no Palacete Senador Alencar, exigiu o espaço térreo do palacete ocupado, no momento, pelo Instituto do Ceará. O Instituto, por sua vez, sem ter um local para findar suas tão lamentadas *arribadas*[2] realizou acordo[3] com o Governo do Estado para ocupar o "superanoso edifício do

---

[1] Graduanda do Curso de História da Universidade Federal do Ceará e educadora do Museu do Ceará. Contato: carolrodrigues@alu.ufc.br

[2] SUCUPIRA, Luís. A nova sede do Instituto. Fortaleza, 1967. **Revista do Instituto do Ceará**. 2006. 2 CD-ROM. p. 275

[3] Através do Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura e Obras Públicas, Plácido Aderaldo Castelo, também membro do Instituto do Ceará.

Antigo Tesouro, sito na Praça da Sé"[4], prédio do Museu do Estado. O Museu precisava de uma administração e o Instituto do Ceará de um prédio. A resolução encontrada para as dificuldades sofridas pelas duas instituições parecia bastante clara:

> Em 1951, firma-se um convênio com o prazo de 20(vinte) anos, através da lei 1.105 de 23 de outubro de 1951, entre o Governo do Estado e o Instituto do Ceará, no qual o governador Raul Barbosa resolve entregar a administração, a conservação e a guarda dos bens do Museu Histórico do Estado do Ceará ao Instituto do Ceará, o qual ficará instalado no mesmo prédio em que se encontrava o Museu, na Avenida Alberto Nepomuceno, 332. **O objetivo, além de providenciar uma sede para o Instituto do Ceará, era reerguer o Museu Histórico, em virtude do estado de abandono que havia se estabelecido após a saída de Eusébio de Sousa**.[5] (grifo da autora)

O processo de negociação entre o Instituto do Ceará e o Governo do Estado foi acompanhado por Raimundo Girão, que após a transferência do Instituto para o prédio em questão, em 1952, foi o encarregado de reorganizar o Museu Histórico.[6] Essa reavaliação estrutural perdurou até janeiro de 1953, quando o Museu foi reaberto à visitação e recebeu nova denominação: Museu Histórico e Antropológico do Ceará.[7] Em seguida, o Museu juntamente com o Instituto tiveram de se deslocar para o edifício da Av. Visconde de Cauípe, nº. 2431, no bairro Benfica, (atual Av. Da Universidade) devido à construção do Palácio da Justiça no local onde se encontrava o prédio da Praça da Sé. Portanto, foi firmado novo acordo entre o Governo do Estado e o Instituto do Ceará, através da Lei nº 3.260, de 7 de agosto de 1956, para a obtenção de um local para abrigar o acervo do Museu e do Instituto. Nesse edifício, o Museu preenchia a parte térrea, dividida em quatro salas.[8]

Diante da necessidade de expansão da Universidade Federal do Ceará, o ex-Reitor Martins Filho, fez uma proposta ao Instituto do Ceará de permuta dos prédios da Av. da Universidade, para funcionamento da Faculdade de Economia, e da Praça do Carmo, na Rua Barão do Rio Branco, nº 1594, que seria desapropriado pela Universidade. Em sessão do

---

[4] SUCUPIRA, 1967, p. 276.

[5] MORENO, Márcia Rejane Bitu. *Museu do Ceará: relatos da administração de um bem cultural (1932-1998)*. 1999. 75 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização)-Gestão Pública, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza,1999. p. 33.

[6] Ata da sessão de 4 de setembro de 1952. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2006. 2 CD-ROM. p. 323.

[7] OLIVEIRA, Ana Amélia Rodrigues de. *Juntar, separar, mostrar: memória e escrita da história do Museu do Ceará (1932-1976)*. Fotaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009. Coleção Outras Histórias, 53. p. 49.

[8] Sala da Cidade, Sala do Índio, Sala do Sertão e Sala Eusébio de Sousa - Gazeta de Noticias, 9 jul. 1958, Apud. RAMOS, Francisco Régis Lopes; SILVA FILHO, Antônio Luiz Macêdo. (Org.). *Museu do Ceará 75 anos*. Fortaleza: Associação Amigos do Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2007. Coleção Memória do Museu do Ceará, vol. 2. p. 154.

Instituto do Ceará de 27 de outubro de 1966 foi aprovada a proposta de mudança. A Universidade ficou responsável pela restauração do prédio da Praça do Carmo e em setembro de 1967 o pedido foi aceito pelo Governo do Estado e logo em seguida foi lavrada a permuta dos prédios.[9] Após a mudança, o Museu passou a ocupar o térreo do prédio e o Instituto o andar superior.

Com a criação da Secretaria de Cultura do Estado, no governo de Virgílio Távora, em 1966, o Governo do Estado reassume a administração do Museu Histórico em 1967. Ocorre sua transferência para o prédio da Av. Barão de Studart, nº 410 em 1970, e em 1971, Osmírio Barreto assume a direção do Museu. Em 1990 o Museu muda para sua atual sede, o Palacete Senador Alencar, na Rua São Paulo, nº 51, no Centro. Na ocasião o nome do Museu foi alterado para Museu do Ceará, que persiste até os dias atuais. De 1991 a 1993, a administração do Museu ficou por conta da Coordenação de Patrimônio da Secretaria de Cultura do Estado, sem uma direção efetiva e tendo a maior parte do tempo suas portas fechadas. Assumem a direção do Museu portanto: Valéria Laena, de 1993 a 1998; de 1999 a 2000, Berenice de Abreu e de 2000 a 2008, Francisco Régis Lopes. Hoje, 2010, o Museu do Ceará continua no endereço à rua São Paulo, nº 51.

[9] Ata da Sessão de 20 de setembro de 1967. *Revista do Instituto do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2006. 2 CD-ROM. p. 352

2 - Prédios e Museus Históricos

Habitualmente, os museus históricos funcionam em prédios que fazem parte do patrimônio histórico. Isso se deve à relação histórica de como se iniciaram os museus em que todos eles eram preferencialmente instalados em prédios que tinham alguma "importância histórica oficial", ou seja, que estavam relacionados à história de figuras com status social relevante ou que foram sede de instituições imperiais, militares, federais, estaduais, etc.[10] O Museu do Ceará sempre teve como suas sedes prédios considerados históricos.

> No Brasil, designou-se como patrimônio histórico e artístico nacional, basicamente, aquilo que foi classificado como *arquitetura tradicional do período colonial*, representante "genuína" das origens da nação. (...) Essa ação era justificada como uma forma de democratizar o acesso à tesouros culturais de uma *civilização* considerada comum a todos, salvando-os da destruição e do vandalismo. [11]

Utilizemos como exemplo o Museu Histórico Nacional. Sua criação ocorreu em 1922, marcando a comemoração dos cem anos da Independência do Brasil. O "culto da saudade" instaurado no MHN tinha o intuito de "trazer o passado para o presente e perpetuá-lo como referencial para o futuro"[12]. Portanto, a construção na qual foi instalado o MHN tinha também essa missão: a antiguidade dos edifícios facilitavam um "retorno ao passado", intenção que ia desde a idéia e dos objetos expostos, se expandia para as paredes que "continham a história nacional". O prédio tinha também um papel importante nessa história oficial:

> Quando inaugurado, o Museu ocupou duas salas do conjunto arquitetônico que do século XVII até os primeiros anos do XX voltara-se para funções militares. [...] Foi formado por três edificações ligadas entre si: Forte de Santiago – construído em 1606, para defesa territorial contra invasões estrangeiras; Casa do Trem – criada pelo Conde de Bobadela, em 1762, para o armazenamento de material bélico (trem de artilharia) – e pelo edifício do Arsenal de Guerra – uma oficina de armamentos, fundada em 1764 que se manteve em funcionamento até 1902 quando foi transferido para a Ponta do Caju.[13]

Essa concepção da construção antiga permitir um retorno ao passado, evidenciava-se também, a respeito dos edifícios aos quais passava o Museu do Ceará. Na reportagem de julho

---

[10] "A criação do Louvre, em 1793, abrindo as portas do edifício onde estavam instaladas a maioria das coleções reias, deu início à utilização dos edifícios públicos para fins museísticos, tornando-se a partir desta data, um fato comum em todo o mundo." MORENO, 1998, p. 46.

[11] CHUVA, Marcia Regina Romeiro. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009, p. 48.

[12] MAGALHÃES, Aline Montenegro. *Culto da saudade na Casa do Brasil: Gustavo Barroso e o Museu Histórico Nacional (1922-1959)*. Fortaleza: Museu do Ceará, Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2006, p. 25.

[13] MAGALHÃES, 2006, p. 26.

de 1945, intitulada “No Museu Histórico do Ceará”, o repórter fala da áurea que existe ao se adentrar prédio tão “grandioso e severo”, o silêncio do “casarão sombrio” reserva-lhe algo igualmente maravilhoso que era “viver um pouco em outra parte qualquer do tempo. Renegaríamos o presente por alguns instantes, iríamos visitar o “mundo” dos nossos ancestrais”[14].

Ao analisarmos a história individual do prédio Palacete Senador Alencar, por exemplo, veremos que este foi construído em 1871 para abrigar a sede da Assembléia Provincial. As utilizações do prédio foram diversas e transmitiam a mesma noção de poder em todas elas. O prédio em discussão abrigava os homens que detinham determinado status social na cidade e através do prédio tentavam mostrar a opulência e o poder inerente a eles. O próprio nome dado ao prédio, “Senador Alencar”, homenageia uma “figura importante” da sociedade que era considerada como “sujeito ativo da história cearense” (história que se faz através de grandes eventos realizados e vividos apenas por grandes homens).

Portanto, não é difícil perceber que há uma tentativa de marginalizar a população com relação à história. É preciso pensar que a produção discursiva criada pela elite política/econômica, no início do século XX, tinha um objetivo: oficializar uma memória, construindo um sentido patriótico que faria parte da formação cívica. “O espaço museológico é, também, um dos lugares de idealização do exercício do poder”.[15] Nesse sentido, o local em que se materializará o “exercício do poder” não poderá ser qualquer local. Torna-se necessário acomodar suas instituições mais importantes em edifícios igualmente importantes, ditos históricos.

Em 26 de março de 1990, em decorrência da reabertura do Palacete Senador Alencar para abrigar o Museu do Ceará, o então Governador do Estado do Ceará, Tasso Jereissati, em discurso, refere-se ao Palacete como um “repositório de nossas lembranças”:

> **Ao invés de construirmos prédios novos e suntuosos, preferimos valorizar as coisas que nos identificam.** Resolvemos dar toda a atenção aos valores que falam mais perto da nossa cultura, que é a genuína cultura do povo cearense.[16] (grifo da autora)

---

[14] Revista Contemporânea, julho de 1945. Apud. Museu do Ceará - 75 Anos, 2007, p. 121.
[15] GUIMARAENS, Cêça; IWATA, Nara. *Construindo a Cultura na idéia de centro*. Rio de Janeiro: *Arquitextos* 013, junho de 2001, p. 8.
[16] *Tribuna do Ceará*, 27 março 1990. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 232.

Ainda no mesmo evento, a então secretária de cultura, Violeta Arraes, fala sobre a importância da reativação de um prédio monumento que "traz em si a história do povo cearense":

> Não há no mundo cultura alguma que se sustente sem um solo. **O prédio não é um mero edifício antigo, ao contrário, é um templo onde será dada continuidade ao trabalho da cultura cearense. Para cá virá a história do Ceará.** O Museu abrirá suas portas para a visitação popular, a fim de que o povo tenha acesso à sua cultura.[17] (grifo da autora)

Diante da fala do ex-governador Tasso Jereissati, percebemos a afirmação do estigma de que os museus históricos devem sempre ser instalados em prédios considerados históricos. Por que um museu histórico não pode ter um prédio construído somente para seu fim? O prédio de um museu histórico não pode ser "novo"? As palavras do ex-governador e ex-secretária são carregadas de concepções tradicionais sobre museu: recipiente de coisas antigas, que busca o culto às relíquias do passado, sem ter ligação com o presente ou com a reflexão crítica da história. Dentro dessa idéia, Violeta Arraes trata, em seu discurso, a história do Ceará como um objeto que pode ser limitado em paredes de cal ou, melhor dizendo, encaixotado dentro do verdadeiro "templo" da cultura cearense. Há uma noção de valor intrínseco nesses locais como uma autenticidade e sacralidade e não um valor atribuído historicamente, disseminada pela cultura patrimonialista do SPHAN[18].

Porém, o que comumente não é percebido, principalmente pelo poder público, é que a arquitetura segue parâmetros de construção que sugerirá um uso do espaço. Ora, um edifício construído para fins de residência terá inúmeros problemas ao ser adaptado ao funcionamento de uma instituição pública. Essas práticas quase sempre trazem danos enormes às instituições museológicas pelo fato dos edifícios históricos não atenderem às suas atividades indispensáveis. Quando são escolhidos para tais funções, os prédios devem passar por determinadas modificações em seu espaço para receber outras propostas de utilização. O Museu do Ceará no decorrer de toda sua existência foi obrigado a se "adaptar" a espaços que tinham outros usos desproporcionais às suas necessidades.

Cêça Guimaraens e Nara Iwata falam sobre a prática de "reciclagem de edifícios históricos" para funcionamento de museus e centros culturais no Centro da cidade do Rio de Janeiro, em artigo intitulado *Construindo a cultura na idéia de centro*. Segundo as autoras, há

---

[17] *Tribuna do Ceará*, 27 março 1990. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 232.

[18] Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, criado pela Lei n° 378, de 13 de janeiro de 1937. Cf. CHUVA, 2009, p. 50 e 72.

uma tentativa de “regeneração dos setores degradados”, dos próprios edifícios e do chamado “trecho histórico” (onde estão localizados), concedendo maior sustentabilidade a esses centros históricos.

O Museu do Ceará passou por dificuldades ao tentar se “acomodar” em suas diversas sedes. Esse desafio é constante ainda nos dias de hoje e sua andança pela cidade, mostra como o Museu nunca possuiu um lugar específico. Era um museu de passagem, um museu nômade. Nesse contexto é correto afirmar que não existia o Museu do Ceará, mas sim um acervo andarilho que se deslocava dentro da cidade de Fortaleza e que a qualquer momento pode retomar a sua “peleja”.

2.1 - Espaços no Museu do Ceará

Com todas as mudanças de sede, havia um fator que predominava: a “falta de espaço” reclamada por tantas vezes em jornais, em entrevistas e relatórios assinados pelos ex-diretores. As campanhas de doações de peças históricas e cívicas estiveram presentes em vários momentos da história dessa instituição. Eusébio de Sousa foi o grande responsável por campanhas de obtenção de peças para compor o acervo do Museu. O espaço é pequeno? Ou a quantidade de acervo adquirido é grande demais para o espaço existente? Como persiste o problema em relação ao espaço (ou à falta de espaço) disponibilizado pelos edifícios que sediaram o Museu do Ceará? A “falta de espaço” está relacionada somente aos edifícios ou à concepção museológica existente? Como o conhecimento museológico, refletido através dos discursos dos ex-diretores do Museu, contribuiu para o crescimento ou a diminuição da “falta de espaço”?

Retomemos, portanto, a análise das mudanças de sedes e suas especificidades. À rua 24 de Maio, nº 238, primeira sede, o Museu dividia o espaço, assim como as verbas, com o Arquivo Público do Estado do Ceará e funcionava em dois dos oito salões deste prédio.[19] O Arquivo era dividido em quatro sessões, posto que o Museu se dividia em três. No momento das inaugurações de novas sedes e de reaberturas de exposições, os elogios e agradecimentos não eram poupados.

> [...] Museu Histórico, em seu novo prédio à Rua 24 de Maio, desta cidade, **adaptado** recentemente aos fins desse departamento estadual.[20]

---

19 HOLANDA, Cristina Rodrigues. *A construção do templo da história: Eusébio de Sousa e o Museu Histórico do Ceará (1932-1942).* Fortaleza: Museu do Ceará/ Secretaria da Cultura do Estado do Ceará, 2004, p. 78.

20 *Gazeta de Noticias*, 07 jan. 1933. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 36.

> [...] **vasto prédio** da praça José de Alencar, onde funcionou o Educandário Cearense, devidamente adaptado.[21] (grifo do autor)

Essas notícias foram publicadas todas em janeiro de 1933. Porém, em menos de três meses as críticas voltavam a aparecer, pois os problemas não eram efetivamente sancionados. As reclamações com relação à falta de estrutura conveniente para abrigar o acervo era discutida abertamente nos jornais da época. O fragmento de texto abaixo foi publicado em março do mesmo ano.

> O prédio **não está propriamente adequado** para a função desse departamento, pois, dentro talvez de pouco tempo, suas proporções não comportarão o movimento e os materiais que forçosamente ir-se-ão acumulando no mesmo.[22] (grifo da autora)

Em 1934 o Museu funcionou no endereço da Av. Alberto Nepomuceno, n° 332, próximo a Praça da Sé e lá permaneceu durante 22 anos. Mesmo com todos os festejos por conta da vitória do Museu e do Arquivo em conseguir uma sede própria, tendo se livrado do aluguel, as matérias de revistas e jornais não se privavam de exprimir as críticas ao uso do espaço:

> Aquele prédio grandioso e severo onde está situado o Museu Histórico do Ceará [...] aquele casarão sombrio [...]. A sala enorme é apenas um túmulo de reminiscências. Seria de grande proveito para todos, em geral, a instalação de um curso de história, público, ali naquele recinto.[23]

> O Museu já não comporta os objetos que expõe aos olhos dos visitantes. De certo tempo pra cá, tomou vulto, enquanto, por outro lado, as necessidades do Arquivo vão fazendo que o mesmo se desloque para as últimas dependências disponíveis do prédio e, conseqüentemente, comprimindo, empastelando aquilo que se quer ver mais à vontade. **Já não parece um Museu. É um depósito de velharias, de ferro velho, uma verdadeira despensa histórica** de uma terra que se diz Terra da Luz.[24] (grifo do autor)

Entendia-se o Museu como um verdadeiro "depósito" que não tinha função prática intelectual e por isso era inútil. E talvez por esse motivo era tão desvalorizado a ponto de ser "remanejado" de local várias vezes. O caráter "mortuário" dado ao Museu na matéria, ainda dá vazão para opiniões sobre como utilizar o espaço do prédio de forma mais "proveitosa" para todos, como "a instalação de um curso de história, público". Com a anexação do Museu Histórico ao Instituto do Ceará em 1951, Raimundo Girão busca organizar o acervo de forma a tentar "apagar" a visão que se tinha do Museu de "depósito", "ferro-velho", etc.

---

[21] *O Nordeste*, 09 jan. 1933. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 37.
[22] A Rua,10 mar. 1933. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 50-51.
[23] *Revista Contemporânea*, n. 43, jul. 1945, p. 35-36. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 121-122.
2
4 *Correio do Ceará*, 1 mar. 1948, Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 136.

> Um pandemônio, aquilo! Uma confusão à primeira vista irremovível. [...] o trabalho de restauração começou lento, dificultoso, quase desanimado. Primeiro, a higienização do prédio [...]. Depois, a seleção dos objetos, tudo misturado, posto ali dir-se-ia a granel, sem nenhum critério de escolha, à medida que chegava. [...] Felizmente o Governo do Estado vem cumprindo o que prometeu e, a esta altura, acha-se em andamento a aquisição das restantes coleções do antigo Museu Rocha, com o objetivo de entregá-las, em grande parte, ao Museu Histórico [...].[25]

Apesar de todas as alterações realizadas pelo Instituto do Ceará para modificar a "cara" do Museu Histórico, o "pandemônio", como diz Girão, não desapareceria tão facilmente. O espaço do prédio da Av. Alberto Nepomuceno tinha de ser dividido com o Instituto, além das coleções e peças que estavam sendo adquiridas pelo Museu através de doações ou mediante compra aumentando assim a "lotação" das salas de exposição.[26] A terceira transferência, em 1956, foi para o prédio da Av. Visconde de Cauípe, n° 2431. Assim como os outros, as reclamações devido à "falta de espaço" e organização continuaram presentes nos jornais.

> Nosso Museu Histórico, mais fruto da iniciativa individual que estatal, deixa muito a desejar, quer nas suas instalações, quer nas suas peças componentes. Mal abrigado na parte térrea do edifício do Instituto do Ceará, nada ou quase nada tem incorporado ao seu acervo, já de si diminuto. É pouco conhecido, não dispõe de catálogo, quase não é visitado.[27]

As discussões sobre o "amontoamento" das peças nas salas consideradas "pequenas" para o tamanho do acervo, dão a entender que as instituições que têm convênio com o Museu para sua administração o impedem de se expandir. Não somente a divisão de espaços, mas a falta de "autonomia" dada ao Museu nos seus primeiros anos, o fazia ser conduzido como um estorvo para as duas instituições (Arquivo Público do Estado e Instituto do Ceará), que muitas vezes não permitiam total atenção às atividades do Museu.

> "Nas atas das reuniões do Instituto do Ceará, de 1951 até 1966, o consórcio que, com raríssimas exceções, coloca em pauta questões relacionadas ao Museu Histórico é Raimundo Girão, o que demonstra não haver nenhum grande interesse por parte dos demais consórcios na reorganização do Museu, ou na orientação de trabalho que seria dado a ele. Também de 1951 a 1966, não há, nas revistas do Instituto, artigos sobre o Museu Histórico do Ceará."[28]

---

[25] *O Povo*, 10 jan. 1953. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 146.

[26] "1955 - Entregues, à guarda do Museu Histórico, os objetos que formavam o chamado Museu da Abolição, mantido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza. Aquisição, pelo Instituto do Ceará, da Coleção Dias da Rocha, incorporada ao acervo do Museu Histórico e Antropológico". Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p.147.

2
2[7] O Povo, 10-11 abr. 1965. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 161.

[8] OLIVEIRA, 2009, p. 48.

O próximo endereço do Museu passa a ser na Rua Barão do Rio Branco, n° 1594, prédio construído para ser residência. Museu e Instituto funcionaram neste endereço durante três anos. Com o desmembramento da administração do Instituto do Ceará, o Museu foi transferido para o prédio da Av. Barão de Studart, nº 410, casa construída pelo senador Fausto Cabral para ser morada de sua família.[29] Nesse endereço funcionou o Museu durante vinte anos e apesar de ter todas as dependências deste prédio destinadas somente para ele, ainda assim, a "falta de espaço" persistia. Uma das maiores reinvidicações feitas por Osmírio Barreto era a mudança do acervo para outro prédio que não sofresse a incidência da maresia[30] e que fosse "maior" do que o da Barão de Studart e melhor localizado.

> "Apesar de se considerar a conveniência de uma redistribuição do acervo, de modo a ressaltar a importância de muitas peças que ficam despercebidas dos visitantes devido à superlotação das salas, a medida não pode ser efetivada enquanto o Museu permanecer no prédio atual".[31]

E como nenhum desses edifícios foi construído para efetivamente funcionar como museu, mesmo com intervenções espaciais, os problemas enfrentados pelos profissionais da instituição foram muitos. Todos os prédios citados sofreram mínimas adaptações para receber o acervo do Museu. A maior interferência nas instalações foi realizada no Palacete Senador Alencar. Com a restauração, o palacete foi adaptado para a instalação de reserva técnica, elevador, sistema de iluminação e climatização.

> [...] O prédio, concluído em 1871 e tombado como Monumento Histórico Nacional em 1973, ganhou nova infra-estrutura, que vai desde a nova disposição do projeto museológico à climatização em 27 e 28 graus e iluminação especial. "Uma das nossas dificuldades, e o que requereu uma série de estudos, foi conseguir realizar este projeto sem alterar a arquitetura original da casa", disse Paulo Linhares [secretário de cultura]. O acervo, composto por cerca de 5.830 peças [...]. Ao todo, são 663 metros quadrados de área no edifício de dois andares [...].[32]

As dificuldades financeiras, a "falta de espaço" suficiente para abrigar as peças e mesmo para organizá-las de forma adequada nas salas de exposição eram os maiores e mais comuns problemas.

> A questão é que, se existe um programa complexo e refinado como o de um museu, às vezes não é possível apenas restaurar e adaptar o edifício a um

---

[29] RUOSO, Carolina. *O Museu do Ceará e a linguagem poética das coisas (1971-1990).* Fortaleza: Museu do Ceará: Secult, 2009. Coleção Outras Histórias, 54, p. 80-82.
[30] A maresia ajuda a acelerar o processo de degradação dos objetos principalmente os que são constituídos de materiais oxidáveis como aço, ferro, papel, etc.
[31] Ceará, 1984, p. 81-88. Apud. *Museu do Ceará* - 75 anos, 2007, p. 212-217.
[3]
[2] *Diário do Nordeste*, *Caderno Cidade*, 26 mar. 1998. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 264.

> acervo. Existem acessos, circulações e exigências programáticas que não correspondem ao uso do edifício preexistente, podendo prejudicar e até comprometer o futuro do museu previsto. De um lado pesa-se a importância histórica ou de composição urbana na conservação total do imóvel, de outro a necessidade de ter um museu com um bom funcionamento atendendo às condicionantes de projeto impostas.[33]

Eusébio de Sousa, primeiro diretor do Museu (03.02.1933 – 01.10.1943), explanou os problemas mais graves da instituição no relatório escrito por ele em fevereiro de 1933. Na enumeração feita, o fator inicial era a compra de um prédio para as suas instalações, pois o prédio da Rua 24 de Maio era alugado.[34] Já Osmírio Barreto (13.04.1971-1990), numa matéria publicada no jornal *O Povo* de 7 de fevereiro de 1983 intitulada "*Osmírio Barreto: responsabilidade é o segredo*", desabafa: "O que eu queria mesmo era ver todo esse acervo em um prédio novo, totalmente projetado para esse objetivo. Nós não recebemos mais doações porque não temos espaço, e isso não pode continuar acontecendo".[35]

A dinâmica de recebimento de peças para o acervo do Museu era muito intensa. E o fato de um administrador divulgar a impossibilidade de receber mais peças para o acervo se torna não só uma medida urgente para tentar evitar maiores "apertos", mas também uma forma de protesto contra a situação vigente. Apesar de Osmírio delatar essas complicações nos Relatórios de Atividades da Secretaria de Cultura[36] e jornais, a resolução por parte do Estado aconteceu tardiamente.

O acervo crescia, mas o espaço para abrigá-lo não. Quanto mais peças, menos espaço nas salas. As discussões dos ex-diretores com relação à "falta de espaço" nas exposições estavam sempre voltadas para os edifícios. Existia o problema: a resolução era a transferência de sede e não a busca por uma nova concepção museológica. Se verificarmos o histórico da quantidade de peças existentes no acervo do Museu teremos um número cada vez mais crescente de peças em poucos anos.

> Em 1940, o Museu possuía 1.300 peças, conforme pesquisa realizada na documentação oficial (relatórios e Diário Oficial do Ceará). Foram feitos três inventários do acervo. O primeiro, efetuado pela historiadora Valdelice Girão em 1959, registrou um total de 2.753 peças. O segundo inventário, realizado pelo historiador Osmírio Barreto em 1971, totalizou 3.332 objetos.

---

[33] DANTAS, Carlos Felipe Albuquerque. *Museus Contemporâneos: a construção do lugar no espaço da cidade*. [Brasília]: [S.I.], 2005, p. 8-9.
[34] HOLANDA, 2005, p. 83.
[35] *O Povo*, 07 fevereiro 1983. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 210.
[36] Ceará,1982, p. 56-60. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 204/207; Ceará, 1984, p. 81-88. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 212/217; Ceará, 1986, p. 43-46. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 222.

O último, executado pela historiadora Valéria Laena Rolim, contabilizou 6.029 peças. Estima-se, após as recentes doações (2000-2006), que o acervo hoje tenha mais de 13 mil peças.[37]

[37] IBRAM: *Estatística dos museus brasileiros*.

3 - Cena e Cenário ou Espaços Construídos

Devemos analisar o problema da "falta de espaço" no Museu do Ceará não com um olhar voltado apenas à problemática dos edifícios e suas adaptações. No artigo *O teatro da história: os espaços entre cenas e cenários* , de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, o autor define os espaços estudados pela História como criações do homem e faz uma alegoria com o funcionamento de uma peça de teatro. O cenário depende da cena para existir. Ou seja, o espaço depende de sua utilização. No teatro, o cenário só tem demarcação quando o texto e os personagens foram estudados e as movimentações dos personagens foram definidas. Antes disso o cenário não existe como cenário, é apenas um vazio, sem finalidade. Porém, quando se sabe o que vai ser realizado no espetáculo, o cenário é composto de forma a não atrapalhar a cena (nenhuma cadeira pode ser posta num lugar que possa atrapalhar o ator de desempenhar o papel de seu personagem). Tudo deve estar em seu devido lugar a partir das necessidades da cena.

> Temos que abandonar uma visão geométrica e matemática dos espaços para dar a eles uma conotação humana, antropológica, psicológica. [...] a nós não interessa os espaços em sua existência empírica, descarnada, mas como esta empiria é significada, pensada, praticada pelos homens, como os espaços nos afetam e são afetados por nós, como eles nos constroem e são por nós construídos, com eles são formados pela e são formados por nossa sensibilidade".[38]

A relação dos primeiros diretores com o acervo estava ligada à preocupação com o cenário e não com a cena. O importante era mostrar todas as peças de forma a induzir a um sentimento cívico e social de contrato com os doadores das peças.

> Na realidade, o ideal era organizar um lugar para preservar os objetos do passado, onde o público apenas os contemplasse, e vislumbrasse uma história linear e estática da História do Ceará, sem relacioná-los ao contexto em que foram criados e, por conseguinte, sem analisá-los dentro do contexto atual.[39]

Se desde o período da criação do Museu até sua transferência para o prédio Palacete Senador Alencar, a concepção museológica era pautada na cultura material tradicional, os objetos mais valorizados entravam em seus salões com um sentido preestabelecido: eram

---

[38] ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. *O teatro da história: os espaços entre cenas e cenários*. Rio Grande do Norte: [S.I.], [2008?], p. 3 e 4.

[39] MORENO, 1998, p. 36.

objetos biográficos ou personificados, "ou seja, marcados pelo nome de quem os possuía"[40]. O cenário deveria estar propício para "estampar" os nomes daqueles que "pertenceram à História". Como boa parte da elite tinha a intenção de se pôr em evidência, o Museu era um palco como nenhum outro.

Mas a concepção museológica se modificou com o passar dos anos. Ao analisarmos o Museu do Ceará em seu funcionamento no edifício da Rua São Paulo, o número de peças é de cerca de 5.830, em 1998[41]. Na administração de Régis Lopes o número aumenta: são quase 15 mil peças em 2007[42]. Em 9 anos o acervo aumentou em cerca de 9.170 peças. O Museu continuava funcionando no mesmo prédio, mas a ideologia museológica era outra. Este aumento gigantesco do acervo ocorreu pela reestruturação da concepção museológica do Museu do Ceará. A partir de 2000, o Museu tenderia a ser um local de discussão crítica das histórias do Ceará, debate historiográfico, publicações de livros, realização de palestras, cursos e encontros de estudo sobre história, patrimônio, memória, etc. Logo, o acervo de peças deveria ser modificado, acrescentado de outros objetos e sentidos.

> Atualmente, os debates sobre o papel educativo do museu afirmam que o objetivo não é mais a celebração de personagens ou a classificação enciclopédica da natureza, e sim a reflexão crítica. Se antes os objetos eram contemplados, ou analisados, dentro da suposta "neutralidade científica", agora devem ser interpretados. **Mudam, portanto, os "argumentos museais", e entra em voga a discussão sobre as tensões entre o "museu-templo" e o "museu-fórum"**, termos que ficaram no vocabulário museológico a partir das considerações de Duncan Cameron (1992) no início dos anos setenta.[43] (grifo da autora)

Há, portanto, uma preocupação com a "cena" e não somente com o "cenário". Não se vê apenas um discurso imposto a partir do acervo, mas as diversas significações e interpretações possíveis a partir do mesmo acervo. A opção teórica do Museu nesse momento, segue uma linha político/educativa, relacionada com os ensinamentos de Paulo Freire. Desenvolvendo diálogos mais reflexivos, objetivando uma educação profunda sobre a história e sobre o mundo que nos rodeia hoje, estimulando uma visão crítica e participativa dos visitantes. Os estudos com relação a essa metodologia museológica foram desenvolvidos de forma mais perpicaz através da criação do Núcleo Educativo do Museu do Ceará e com a

---

[40] RAMOS, Francisco Régis Lopes. As utilidades do passado na biografia dos objetos. In: *Futuro do Pretérito: Escrita da História e História do Museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/ Expressão Gráfica Editora, 2010, p. 54-56.
[41] *Diário do Nordeste*, *Caderno Cidade*, 26 mar. 1998. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 264.
[42] *Diário do Nordeste*, Caderno 3, 20 mai. 2007. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 431.
[43] RAMOS, Francisco Régis Lopes. *A Danação do Objeto: o museu no ensino de história*. Chapecó: Argos, 2004, p. 20.

criação do LAMU (Laboratório de Museologia do Museu do Ceará) em 2000. As propostas do LAMU eram identificar as várias formas de atuação pedagógica dos museus históricos. Apontando os pontos de dificuldade eram realizadas propostas de atuação: realização da Semana Paulo Freire e esposições temáticas sobre a história de Fortaleza[44].

O próprio edifício onde está inserida a instituição passa a ser alvo de análises, posto que a sua historicidade é evidenciada num formato diferente do sentido anterior de local "testemunha do passado".

> Em certa medida, o prédio onde atualmente se encontra o Museu do Ceará guarda características de monumentalidade. É uma máquina de sedução e assim deve ser tratada. Não devemos resistir aos seus apelos, à beleza sedutora e imponente que carrega nossa imaginação para tempos do pretérito. É a partir dessa visão generosa e admirada que se pode pensar sobre as próprias razões do edifício, perguntar-se sobre sua história, suas intenções originais... Indagar-se sobre os usos da construção no decorrer do tempo. Aí, o acasalamento do fascínio com a reflexão vai fertilizando o conhecimento sobre a nossa própria historicidade. [45]

Nesse sentido, com novas concepções e ideologias, o Museu passa a ter outras necessidades que não se concretizam em número considerável por conta da "falta de espaço". Atente-se que, a "falta de espaço" aqui é diferente da problemática da "falta de espaço" para os primeiros ex-diretores. Para estes, era necessário mais espaço para se colocar mais peças, visto que, o museu atraente era aquele que trazia "novidades" aos visitantes. Era comum nos primeiros anos de funcionamento, ser divulgado no jornal a obtenção de doações para o acervo: "O Museu acaba de adquirir mais uma raridade [...]"[46]; "Ao acervo do Museu Histórico do Estado acabam de ser incorporados dois interessantes documentos, dádivas preciosas de dois filhos do Ceará [...]"[47]; "O acervo do Museu Histórico e Antropológico enriqueceu-se, nos últimos dias, com a doação de duas peças ligadas à vida de expressivas figuras da história do Ceará"[48].

As idéias para a construção de uma nova metodologia no Museu do Ceará são maiores e por isso, exigem maior espaço para se instalar uma biblioteca, uma sala de pesquisa e estudos, mais salas de exposições temporárias, salas de experimentações lúdicas e pedagógicas, acesso mais adequado a pessoas com mobilidade reduzida, etc. As intenções são

---

[44] RAMOS, 2004, p. 44.
[45] RAMOS, 2004, p. 46.
[46] *O Nordeste*, 27 fev. 1934. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 78.
[47] *Gazeta de Notícias*, 07 mai. 1938. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 107.
[48] *O Povo*, 18 fev. 1976. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 188.

sufocadas, pois, apesar dos pedidos de um anexo serem vários e incansáveis, eles não foram realizados. O ex-diretor Régis Lopes teve seus esforços voltados para a obtenção de um anexo para o Museu do Ceará. Em conversa com o ex-diretor Régis Lopes é relatada a luta por mais espaço para acolher o acervo: “o palacete tornou-se pequeno demais para esta demanda espacial”. Nas palavras de Régis Lopes, “um anexo agora seria importantíssimo. Só na reserva técnica, dispomos de 1.500 peças de arqueologia, não expostas por falta de lugar”.[49]

[49] *Diário do Nordeste*, Caderno 3, 26 dez. 2002. Apud. *Museu do Ceará* - 75 Anos, 2007, p. 333-336.

4 - Conclusão

É discutível a "falta de espaço" relatada pelos ex-diretores e contribuintes dos jornais e documentos analisados. A "falta de espaço", assim mesmo entre aspas, é uma criação das concepções museológicas e históricas que interferiam, de uma forma ou de outra, nas exposições e/ou utilizações em cada prédio. Se não existe um Museu do Ceará material, temos várias idéias de Museu do Ceará. E são essas idéias que o transformam no decorrer de sua dinâmica histórica. As adaptações forçadas para se fazer "caber" o Museu em determinados locais, o faz temer expandir-se. Será que é o destino dos museus históricos passarem por essas adaptações? É necessário nos indagarmos com relação a esse "destino" imposto aos museus históricos. Se necessitamos dar uso à "prédios abandonados", torna-se indispensável reavaliar os projetos de adaptação desses prédios de forma que permitam que as instituições museológicas tenham o mínimo de conforto e condições de trabalho e de recepção para seu público e pesquisadores. As inúmeras mudanças de sede que sofreu o Museu do Ceará demarcam ainda uma pouca atenção do poder público para com as instituições educacionais e históricas. É imprescindível que esses espaços de pesquisa e estudo tenham maior visibilidade e que figurem como uma das prioridades na política educacional do estado do Ceará.

Entender o Museu do Ceará como um organismo vivo por sua "caminhada" na cidade de Fortaleza, mostra-nos um museu nômade, pela sua incapacidade de encaixar-se e também pela falta de investimento para melhorias. Toda a sua "andança" lhe conferiu até hoje um sentido de não pertencimento da instituição com as suas sedes e nem com os endereços por onde "transitou". A sua "passagem" em vários prédios de Fortaleza lhe concedeu um caráter subjetivo: o Museu do Ceará é quase que um museu "fantasma". Um "fantasma" que, em vez de carregar as correntes de suas prisões passadas, carrega consigo os milhares de objetos do seu acervo, que são renovados a cada passo dado, a cada edifício "visitado", a cada endereço alterado, em seu eterno fado de vagar por entre os homens. E o arrastar desse acervo é mais audível que as correntes: ele nos traz maiores possibilidades, basta nos permitirmos esquadrinhar por entre seus inúmeros significados.